EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIENCIA SOBRE A INCLUSÃO DE UMA ALUNO DEFICIENTE VISUAL

Véra Lucia Vargas Kelling [1]

Mario Marcos Lopes [2]

Resumo:

A educação inclusiva é evidenciada na legislação brasileira, considerando que o processo de inserção do aluno deficiente na escola regular avançou consideravelmente com políticas públicas que favorecem as práticas inclusivas. Este trabalho teve como objetivo mostrar a possibilidade da inclusão de um aluno deficiente visual em prática educativa na escola e traz o Relato de Experiência de uma prática inclusiva, realizada por meio de um projeto de correspondência por cartas, no qual participou um aluno deficiente visual. Constatou-se a relevância do professor oportunizar ao aluno deficiente visual sua inclusão, por meio de atividades que viabilizem sua participação com igualdade aos demais colegas. Pode-se afirmar que, a escola inclusiva é possível e que cabe ao professor potencializar a participação dos alunos deficientes, criando oportunidades à inclusão e idealizando suas aulas a práticas inclusivas. A efetivação das políticas públicas de inclusão é possível, podendo se aliar a teoria da legislação às práticas educativas.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Visual. Projeto

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIENCIA SOBRE A INCLUSÃO DE UMA ALUNO DEFICIENTE VISUAL

[1] Aluno de pós-graduação. veralvk6@gmail.com. Autor principal

[2] Docente. mmarcoslopes@gmail.com. Orientador

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO DE UM ALUNO DEFICIENTE VISUAL

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de inclusão de alunos deficientes na rede regular de ensino representam a possibilidade de um novo olhar a esses estudantes. Também evidenciam novas concepções e determinam que deva haver, além da presença física desses alunos, o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada indivíduo (GUENTHER, 2003).

A inclusão educacional é o processo por meio do qual as instituições de ensino se adaptam para poderem incluir, em seus ambientes, pessoas com deficiências e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis nesses ambientes (SASSAKI, 1999, p. 12). De acordo com esse conceito, para incluir os alunos com deficiências no ambiente social da sala de aula, as práticas educacionais devem ser alteradas no sentido da valorização da heterogeneidade humana, o que implica a aceitação individual de todos os alunos de acordo com suas condições pessoais (BUZETTI, 2014, p. 1).

Diante do exposto, é fundamental oportunizar a inclusão de estudantes deficientes – entre esses os deficientes visuais em atividades escolares, rompendo com o preconceito social, e viabilizando a participação desses alunos em condições de igualdade com os demais colegas, a fim de demonstrar que eles são capazes de interagir em todas as atividades propostas na escola. Assim sendo, oportunizar situações de inclusão dessa demanda no ensino regular, evidencia que a inclusão pode ser realizada de fato e que, muitos estigmas devem ser superados, caracterizando que as limitações visuais não impedem o processo de participação em atividades que os demais estudantes realizam.

A inclusão de alunos deficientes visuais em escolas regulares vem desde muitos anos buscando sua afirmação, considerando que essa deficiência - como as demais, apesar da legislação, encontra ainda algumas dificuldades para sua efetivação, devido a diversos fatores, entre os quais a escrita. Nesse sentido, destaca-se a escrita Braille, que foi criada pelo francês Louis Braille (1809-1852). Braille perdeu a visão na infância, mas manteve o interesse em estudar, e com apenas 15 anos de idade superou dificuldades para chegar ao novo sistema de escrita destinado a pessoas com deficiência visual (SOUSA; SOUSA, 2016, p. 08).

Nesse contexto, a inclusão dos alunos com deficiência visual (DV) na rede pública de ensino tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, estes dizem que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com essa clientela. Diante disso, este trabalho surgiu com o objetivo de realizar uma atividade de inclusão de um aluno cego em uma atividade escolar e relatar a experiência dessa inclusão em um projeto de correspondências por cartas, realizado entre duas turmas de quinto ano do ensino fundamental de duas escolas de diferentes municípios.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é bibliográfica, pois para o desenvolvimento deste trabalho fez-se um estudo bibliográfico sobre inclusão, priorizando a inclusão de deficiente visual em atividades escolares, foco desta pesquisa. Também se fez uso da pesquisa-ação, pois segundo Fonseca (2002), a pesquisa-ação pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada.

Faz-se um Relato de Experiência de um projeto realizado no decorrer do ano de 2017, trabalho esse que foi operacionalizado objetivando subsidiar este estudo e consistiu na inclusão de um aluno cego no projeto "Carta na Escola", caracterizado pela troca de correspondências (cartas) entre estudantes de uma turma de 5º ano da EMEF Leonor Pires de

Macedo - do município de Restinga Sêca, RS com estudantes do 5º ano da EEEB Willy Roos – do município de Agudo, RS.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

As relações humanas na era das tecnologias estão, praticamente, restritas ao meio eletrônico, por intermédio de mensagens via celular ou *internet*. Sabendo que o gênero carta é pouco conhecido, a professora coordenadora do projeto, entendeu interessante reativar esse meio de comunicação para, além de promover novas amizades, também oportunizar que um aluno deficiente visual – cego, participasse da produção do gênero textual Carta Pessoal e interagisse com um colega de outra escola.

O gênero Carta permite ao aluno descobrir a escrita, com a finalidade de escrever para entes queridos e amigos (SILVA *et* al., 2014 p. 1). Geraldi (2006, p.67), enfatiza a importância de trabalhar o gênero Carta Pessoal na escola,

> Em aula, os alunos poderão escrever cartas familiares, aprendendo também a preencher envelopes. Lembro perfeitamente que meus pais reclamavam que eu não sabia escrever uma carta para algum familiar distante, e, no entanto, estava no colégio.

O projeto Carta na Escola teve como objetivo formar uma rede de comunicação entre estudantes do 5º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonor Pires de Macedo, de Restinga Sêca/RS, com os estudantes do 5º ano da Escola Estadual de Educação Básica Willy Roos, de Agudo/RS – totalizando 39 alunos - para troca de textos, poesias, figurinhas e informações em geral.

Ao se referir sobre a metodologia de ensino do gênero Carta Pessoal, Silva *et* al. (2014) afirma que "Cabe ao professor desenvolver procedimentos metodológicos capazes de despertar o interesse dos alunos". Para as autoras, deve haver a compreensão e a assimilação em relação à estrutura e a função da carta pessoal dentro do contexto social dos seus interlocutores (SILVA *et* al., 2014, p. 5).

As professoras que participaram desse trabalho elencaram três princípios básicos que foram sendo cumpridos no decorrer do projeto: os alunos se corresponderiam identificando-se apenas pelo primeiro nome; as duas professoras orientariam o tema das cartas - e as cartas seriam revisadas pelas professoras, antes de serem enviadas aos destinatários.

As cartas foram escritas de quinze em quinze dias - e eram transportadas pela professora pesquisadora, pois atuava nas duas escolas. Ao se referir sobre a metodologia de ensino do gênero Carta Pessoal, Silva *et* al. (2014, p.5) afirma que,

> Cabe ao professor desenvolver procedimentos metodológicos capazes de despertar o interesse dos alunos, fazendo com que haja a compreensão e a assimilação em relação à estrutura e a função da carta pessoal dentro do contexto social dos seus interlocutores.

O projeto foi realizado de abril a setembro – e os estudantes se conheceram na Feira do Livro da Escola Leonor Pires de Macedo, em Restinga Sêca/RS, que foi realizada no início de outubro de 2017. O aluno cego foi incluído no projeto "Carta na Escola" em igualdade de condições aos demais colegas. Escrevia as cartas em Braille – algumas vezes em sala de aula, outras vezes na sala de AEE - e sua professora transcrevia em tinta abaixo dos caracteres.

Quando o menino recebia as cartas da amiga com a qual se correspondia, a professora lia as cartas para ele, o que vem de acordo com o material disponibilizado pelo MEC (2000), em cujo texto lê-se que "partindo dos próprios caminhos perceptuais dos

deficientes visuais, o educador pode oferecer-lhes oportunidades para entrarem em contato com novos objetos, pessoas e situações para, assim, saber ou aprender" (BRASIL, 2000, p. 17). Na Figura 1, vê-se o aluno DV escrevendo em Braille, com o auxílio da reglete e da punção.



Figura 1 – Aluno escrevendo a carta em Braille. Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Algumas vezes, no decorrer do projeto, o menino queria enviar um desenho à amiga, então, ele dizia à professora que imagem gostaria de enviar, a professora desenhava, fazia os contornos em alto relevo e o aluno pintava. Segundo Ochaíta e Espinosa (2004), para a elaboração e execução de atividades educacionais a uma criança deficiente visual, deve-se considerar o contexto e as características que essa criança apresenta. Para esses autores, o planejamento das atividades que são disponibilizadas a esses alunos, deve estar relacionado às características da criança e do contexto que a envolve.

Quando a amiga recebia as cartas, examinava com atenção cada letra para ir conhecendo o alfabeto em Braille e ia fazendo as anotações. Diante do interesse da aluna, a professora pesquisadora providenciou um alfabeto em Braille e enviou em uma das correspondências. A amiga era entusiasmada por se corresponder com um colega cego. Quando recebia as cartas em Braille, mostrava aos colegas e à família, que acompanhou com interesse o desenvolvimento do projeto. No dia que se conheceram pessoalmente, a amiga segurava a mão do menino, levava ao seu rosto e dizia: - "Passa a mão no meu rosto para você ver como eu sou!". Para Pereira *et* al. (2009), pesquisas mostram que a interação entre aluno cego e aluno vidente tem melhorado, pois estes têm modificado os comportamentos excludentes.

Diante de fatos experienciados, constata-se no cotidiano escolar que os alunos videntes auxiliam na locomoção do colega cego, ditam trechos de aulas escritas no quadro e oportunizam que esse colega participe com igualdade de todas as atividades escolares, o que evidencia que todos são responsáveis pela inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva traz consigo o desafio de, não somente acolher os alunos com deficiência, mas de garantir condições de acesso e de aprendizagem em todos os espaços e atividades do cotidiano escolar.

Um dos grandes desafios para a implementação de uma escola inclusiva é a aceitação dos professores das classes regulares, pois necessitam adequar suas práticas educacionais a uma realidade caracterizada pela diversidade.

Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão somente serão eficazes se o professor que atua na escola estiver imbuído à aceitação e à motivação de criar atividades favoráveis à inclusão, independente da deficiência do aluno.

Constatou-se que, ao se trabalhar com um aluno incluso em uma turma regular, teve-se a preocupação em planejar aulas e atividades que propiciassem a participação desse aluno, pois nenhuma atividade teria sentido se não oportunizasse sua inclusão.

Percebeu-se que, no decorrer do projeto o aluno deficiente visual participou com entusiasmo, sentiu-se incluído no processo e a cada carta que recebia, demonstrava grande curiosidade e interesse em saber o que havia recebido da amiga com a qual se correspondia. Da mesma forma, a menina com a qual o aluno se correspondia, manifestou curiosidade e interesse em conhecer o Sistema Braille.

Evidencia-se neste Relato de que não é necessário que a professora conheça fluentemente o sistema Braille, pois esse fato não impediu a participação do aluno deficiente visual no projeto que consistiu em escrever cartas, considerando que o aluno se envolveu e interagiu em iguais condições aos demais colegas. Observou-se que os alunos videntes são fundamentais no processo de inclusão dos alunos cegos, considerando que auxiliam e favorecem a participação desses colegas em todas as atividades escolares.

Dessa forma, a inclusão consiste em compreender as diferenças, considerando os limites e o tempo de cada aluno. Por isso, deve-se acolher o aluno deficiente, oportunizando atividades que não somente o integre, mas que, principalmente, possibilite que esse sujeito faça efetivamente parte do processo educacional.

Portanto, pode-se dizer que a escola inclusiva é possível e que cabe ao professor potencializar a participação dos alunos deficientes, criando oportunidades à inclusão e idealizando suas aulas a práticas inclusivas. Também, é fundamental a integração de todos os alunos, favorecendo a adaptação e a participação do aluno deficiente nas atividades propostas.

Diante do exposto, é importante ressaltar sobre a possibilidade de efetivação das políticas públicas de inclusão, considerando que se pode aliar a teoria da legislação brasileira às práticas educacionais no contexto escolar, o que caracteriza um avanço no desejo de uma escola igualitária.

REFERÊNCIAS

BUZETTI, Miryan Cristina. **Inclusão do aluno Deficiente Visual**: relato de uma prática possível. 2014. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com. inclusao-do-aluno-deficiente-visual-relato-de-uma-pratica-possivel/56563>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

GUENTHER, Z. C. O Aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. **Revista Escritos sobre Educação**, Ibirité, v. 2, n.1, p.43-54, jan-jun., 2003.

OCHAÍTA, José Antônio *et* al. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 32-34.

PEREIRA, Josefa Lídia Pereira *et* al. **Colegas videntes de alunos com deficiência visual falam sobre a inclusão**. In: V Congresso Brasileiro de Educação Especial. V, 2009. Anais 2009 - Londrina – Pr. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA editora, 1999.

SILVA, Juliana da *et al.* **O ensino do gênero textual**. 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP).** Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index>. Acesso em: 13 mar. 2018.